

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## GEOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO EM CURSO: APONTAMENTOS

*Carlos Walter Porto Gonçalves*  
*Boletim Gaúcho de Geografia, 24: 19-30, maio, 1998.*

Versão online disponível em:  
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38889/26302>

---

Publicado por

## Associação dos Geógrafos Brasileiros

---



## Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 1998

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

# GEOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO EM CURSO: APONTAMENTOS

Carlos Walter Porto Gonçalves \*

*“Utilizaria de bom grado uma metáfora esportiva. A delimitação do campo sobre o qual enfrentar-se-ão os jogadores e a formulação das regras do jogo fixam um quadro ao qual quem quiser participar do jogo terá que se submeter. Isto posto, que ganhe o melhor. Os conflitos, conseqüentemente, não cessam nunca, mas eles devem se dar no interior de limites determinados. É esse o objetivo do consenso, do sentido comum: todo enunciado, para ser audível e, portanto, parte do debate, deve se situar no campo dos enunciados historicamente aceitáveis. Senão, que se seja ou não livre para falar não muda grande coisa: se está fora do jogo.”*

Christian Topalov

## 1. INTELLECTUAIS E A REALIDADE SÓCIO-POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DE CONSENSOS

O processo de reorganização societária porque vem passando o mundo desde os anos sessenta tem, como não poderia deixar de ser, colocado em xeque uma série de categorias e conceitos com que os cientistas, e não só os do social, vinham tentando dar conta da realidade. Apesar de toda uma tradição ter sido criada com a Modernidade no sentido de atribuir ao campo científico um lugar privilegiado de dizer o que *é* e o que *não é* a realidade, o que hoje devemos admitir é que esse campo científico não escapa, mesmo que com desvios, da realidade social no qual está inserido. Se, como nos ensina PIERRE BOURDIEU (1989), é da natureza da realidade social a luta permanente para dizer o que é a realidade social e a sociedade moderna atribuiu à ciência, e aos cientistas, um lugar privilegiado para dizer o que é essa realidade, tornam-se esses cientistas portadores de um capital cultural que torna o real mais real quando dito com a autoridade derivada da ciência. Eles *con-sagram* a realidade simplesmente ao dizer o que ela é pela autoridade que suas falas já estão antecipadamente incorporadas como discursos autorizados. Há aqui um evidente poder simbólico a começar pela linguagem que, sabemos, é uma das formas de se apropriar do real e de tornar o real próprio, isto é, algo que tem propriedades e atributos determinados. O debate que se trava entre os próprios cientistas é exatamente esse de dizer quais são esses atributos e propriedades.

Nos últimos anos o profundo processo de reorganização societária vem colocando enormes desafios, sobretudo aos cientistas do social, cujas formas de *re-presenta-*

ção, suas teorias e conceitos, se mostram insuficientes para dar conta dos novos processos em curso. Nesse contexto, como nos diz CHRISTIAN TOPALOV (1992),

*(...) as mudanças que se pode observar no registro dos discursos são realizadas por atores sociais concretos e expressam conflitos bastante reais. Elas nos dizem, entretanto, alguma coisa, se não da natureza, pelo menos dos modos de legitimação das posições presentes. Uma das formas da violência social é, com efeito, de ordem simbólica e procede no modo da desqualificação da linguagem do adversário. Ao mesmo tempo, os golpes de força simbólicos de sucesso não podem ser arbitrários.*

*A noção de paradigma pode ser útil para pensar nesses deslizamentos de terreno, na condição de estendê-lo do domínio estritamente cognitivo para o da prática social.*

*A imposição de um novo paradigma implica uma mutação das representações sábias da ordem e da desordem do mundo, ao mesmo tempo que numa redefinição dos objetivos legítimos da ação e dos métodos aceitáveis desta. Definir os termos do problema, eis a operação decisiva. Ela é o preâmbulo dos combates para fazer triunfar tal ou qual solução. A principal propriedade de um empreendimento desse tipo é mudar de conversa, deslocar os debates e os conflitos legítimos, redesenhar o espaço no interior do qual todas as opiniões particulares deverão se situar para serem recebidas.*

No debate que ora se trava sobre a natureza dos processos em curso de reorganização societária, ela mesma parte da construção de um novo consenso, acentua-se a crise/fim do Estado Nacional, a integração em diferentes níveis tecnológico, social, ecológico, econômico e financeiro das diferentes sociedades, através do que se tem convencido chamar de *globalização*. Não considerar essa dimensão estruturante da nova ordem é estar fora do consenso, atribuindo-se à globalização o estatuto de constituir um novo paradigma teórico capaz de, por si só, oferecer instrumentos de compreensão da realidade. Em que pese considerarmos indispensáveis as análises sobre a globalização contestamos, junto com E. PRETECEILLE (1994),

*(...) sua pretensão – que corre o risco de ser exacerbada pelos fenômenos de moda intelectual que ultrapassam a intenção dos autores – de constituir um novo paradigma.*

Sabemos como o campo de domínio intelectual, e no interior dele o científico, pela sua própria natureza, vive da construção de categorias amplas, abstratas, daquilo que BOURDIEU (1989) chamou de teoria teórica, em oposição à sua sociologia reflexiva, que não só fala do real mas explicita a sua própria fala como constitutiva dessa mesma realidade. Uma das forças do poder simbólico no campo científico é exatamente a que deriva do fato de falar a verdade das coisas e não do lugar de que se fala das coisas, o que, rigorosamente falando, indicaria a perspectiva a partir de onde se fala.

Nesse sentido é que ousamos deslocar os termos do debate, desafiar o consenso, trazendo à tona outras dimensões do processo de globalização que, talvez,

abram outras janelas que permitam deslumbrar novos cenários para o processo em curso. E isso, a partir da consideração de práticas sociais que ganham visibilidade ao se inscreverem nesse processo de reorganização societária.

## **2. ALGUMAS RAZÕES PARA A MUDANÇA DE PERSPECTIVA (DE PONTO DE VISTA)**

### **2.1. Dos fatos**

Acontecimentos políticos importantes ocorridos nos últimos anos no Brasil nos indicam claramente que a globalização é um processo que não dá conta da complexidade dos processos ora em curso. E, mais, que o debate sobre essa dimensão globalizada acaba por deslocar de tal forma o campo de nossa visão que nos deixa escapar o que se passa à nossa frente. Refiro-me aqui, em particular, ao fenômeno “Collor de Mello” que, tendo assumido o governo em nome de uma integração aos novos ditames da nova ordem internacional, fortemente embasada na irreversibilidade da globalização, não foi capaz de organizar um consenso interno minimamente suficiente para lhe garantir o cumprimento de um mandato político legitimamente conquistado. Ainda que seu sucessor parta das mesmas premissas de integração nessa ordem globalizada, e seja mais hábil na formação de um consenso mínimo de governabilidade, com sua aliança com o PFL, é de se destacar que ainda não tenha conseguido até aqui condições de atacar dois pilares para essa integração: a Reforma Fiscal e a Tributária que, por sua vez, mexe necessariamente com a distribuição de capitais políticos objetivados no atual pacto entre as elites políticas locais/municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Há, assim, determinações internas que acenam para outros processos que a globalização em si mesma não nos deixa perceber.

### **2.2. Da contextualização geográfica desses fatos**

A Geografia do processo de redemocratização no Brasil foi marcada por um controle centralizado pois, por mais que se acentue o papel desestabilizador da emergência de movimentos sociais organizados após a queda do regime militar, o caráter de “transição por cima”, sob o controle das elites, foi decisivo para delinear o novo (novo?) pacto interno. O fato desse processo de reabertura política ter começado com as eleições para governadores dos estados, seguido das eleições dos prefeitos das capitais, o empenho de setores das próprias elites na derrota do Movimento das Diretas-Já, e só depois com as eleições para presidente da República e, portanto, só tardiamente colocando abertamente em debate o novo pacto nacional, fez com que as oligarquias locais/regionais se munissem de um poder suficiente para se imporem no novo quadro que se abriria com o fim do regime militar.

Saliente-se que as capitais dos estados, sobretudo dos estados mais populosos, foram durante o regime militar redutos de oposição política e, portanto, iniciar um processo de redemocratização a partir desses lugares era abrir uma possibilidade de o processo de redemocratização escapar ao controle das elites conservadoras. Ao reiniciá-lo através das eleições de governadores o peso político eleitoral das

capitais ficava relativizado e as oligarquias fortalecidas. Assim, assistiu-se à saída dos militares e à manutenção de muitas personalidades políticas que na ditadura militar se afirmaram no jogo político.

Deste modo podemos dizer que a sociedade brasileira que emerge dos sombrios anos da ditadura militar traz em seu bojo um contraditório: de um lado um pacto de elites que remonta à sua própria constituição como Estado independente, onde as oligarquias regionais conformam 'por cima' uma aliança política contra 'os de baixo' e, de outro lado, a emergência de uma sociedade civil que, contra aquele pacto 'por cima', clama por direitos, por cidadania, e não mais por favores.

Esse encontro contraditório entre o 'velho' e 'o novo' se dava num momento, final dos anos setenta, em que um determinado modelo de desenvolvimento 'por substituição de importações' estava prestes a se completar, onde o eixo dinâmico da economia da sociedade brasileira estava, de fato, centrado, na sua dinâmica interna. Só para se ter um exemplo, e tomando como índice uma indústria onde o domínio do capital internacional é absoluto – o setor automobilístico – mais de 90% dos automóveis produzidos no país à época eram vendidos no próprio mercado interno e somente 10% eram exportados.

Assim, os anos setenta seriam aqueles onde as contradições da sociedade brasileira, historicamente desigual, alcançava um determinado grau de autosustentabilidade, ao comportar dentro de suas próprias fronteiras o eixo dinâmico do seu próprio processo de reprodução, e onde se abria uma possibilidade histórica com a emergência de movimentos sociais exatamente a partir do seu pólo mais dinâmico, o ABC Paulista, de uma inflexão que apontasse, agora a partir de uma lógica 'de direitos' e não mais 'de favor', para um perfil menos desigual e mais democrático. Todavia, é preciso apontar que processos profundos de reorganização societária estavam em curso na sociedade mundial e que se encontrariam, nos anos oitenta, com esses processos internos resumidos aqui.

O quadro sinteticamente aqui invocado não tem a menor pretensão de esgotar as questões que ele mesmo põe, mas sim de chamar a atenção para que o processo de globalização não se abaterá sobre um espaço vazio de história e que muitas pesquisas se tornam necessárias sobre os processos internos de nossa formação social, condição necessária para que vislumbremos outros cenários possíveis além daqueles que emanam do processo de globalização.

Um exemplo dos desvios de análise que o acento na globalização coloca é o de aceitarmos, como uma verdade inelutável, a exclusão social que, mesmo sem uma conceituação precisa, se torna uma categoria explicativa evidente por si mesma. E aqui parecem se encontrar os Relatórios do Banco Mundial que, reconhecendo o caráter estruturalmente excludente do processo ora em curso, propõem programas supletivos, como o Comunidade Solidária no México e no Brasil, e as análises de intelectuais de esquerda que denunciam esse mesmo caráter excludente. Forma-se, assim, um verdadeiro consenso a respeito do diagnóstico, podendo-se mesmo admitir a hipótese de que as conclusões já estejam nas premissas da globalização.

Queremos, no entanto, chamar a atenção que o chamado processo de exclusão social, tão fortemente associado à globalização, pode não ser tão generalizado como supõem as análises globalistas. Há fortes indícios de que determinados sujeitos sociais têm se inserido nos interstícios desse processo de globalização, dando-lhes um sentido inteiramente novo e de integração à nova ordem que se vai desenhando, emprestando-lhes um sentido que não tem sido posto pelas análises globalistas. A surpresa com que os intelectuais vêm percebendo a emergência desses sujeitos é um dos sintomas de que eles estavam fora da (sua) ordem de significação. O movimento dos seringueiros da Amazônia (quem conhecia Chico Mendes antes de sua morte e da enorme repercussão que teve em todo o mundo?), o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Sem-Terra são bons exemplos do que queremos chamar a atenção. O interessante aqui é que, mesmo aqueles que acompanhavam de perto esses movimentos, pouca atenção deram às vinculações com o processo de reorganização societária em curso em nível global.

### 3. ALGUNS CASOS A CONSIDERAR

O movimento dos seringueiros da Amazônia talvez seja o mais emblemático da situação que queremos salientar. Situados na mais marginalizada das regiões brasileiras, o Acre, na Amazônia Ocidental, os seringueiros se colocaram frontalmente contra a mudança de organização do espaço que tradicionalmente habitavam. Através de *empates* se colocaram contra a implantação de fazendas por pecuaristas do sul do Brasil e que derrubavam a floresta, base de seu modo de vida e de produção. Organizados em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência, hoje relativamente assentada nos movimentos sociais rurais, de que a Reforma Agrária deve respeitar os contextos sócio-culturais específicos, para o que tiveram que se bater contra a idéia de módulo rural do INCRA, que não correspondia às suas necessidades de, em média, 300 hectares para garantirem seu modo de vida seringueiro. Mais do que terra propugnavam por território.

Em 1984, no Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais, defendem a tese de que a Reforma Agrária deve ser um processo nacional regionalizado. Em 1985 fundam o Conselho Nacional dos Seringueiros onde procuram articular diversos segmentos de populações tradicionais extrativistas da Amazônia. Nesse encontro já se faz presente a defesa de bandeiras ligadas ao Meio Ambiente, capturando um dos vetores instituintes da nova ordem planetarizante: o ecologismo.

Desse modo é possível percebermos que os seringueiros articulam-se com uma base local/municipal, através de sindicatos; com uma base regional/nacional, onde formulam questões ligadas a um outro modelo de desenvolvimento para a Amazônia com o Conselho Nacional dos Seringueiros e, ainda, por dentro do movimento sindical, se associam à luta pela Reforma Agrária através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da construção da Central Única dos Trabalhadores, da qual Chico Mendes foi dirigente nacional.

Através de articulações internacionais com ambientalistas esse movimento se projetou não só em defesa da floresta, como também contra o suporte internacional dado por instituições multilaterais, particularmente o Banco Mundial, ao modelo de desenvolvimento que se implantava na Amazônia. E foi aqui que esse movimento conseguiu ganhar visibilidade política, ao explicitar o caráter mundializado das lutas sociais inerentes ao processo de reorganização societário em curso. Até aqui eram as elites políticas que faziam as articulações internacionais. No entanto, o processo de inserção na economia global não era indiferente à realidade vivida pela base social deste movimento que então se organizava. Ao contrário, estava presente no seu dia-a-dia, seja através da construção de estradas, como a BR 364, construída com recursos do Banco Mundial, seja pelo debate internacionalizado sobre a Amazônia e o Meio Ambiente ou, ainda, no debate sobre a construção de uma saída para o Pacífico. Perceberam que o *empate*, como forma de resistência de base local, embora necessário, não era suficiente para garantir os direitos que propugnavam. Buscaram aliar-se a setores da sociedade civil, tanto no Brasil como no Primeiro Mundo, procurando através dessas relações obter o apoio necessário que lhes permitisse algum poder no interior de uma sociedade que os excluía tradicionalmente. Foi essa internacionalização/mundialização/globalização que lhes permitiu sair das sombras da floresta e, através de suas organizações, ganhar um lugar ao Sol.

O interessante, nesse caso, é que muitos, como Berta Becker, por exemplo, acreditam tratar-se de uma clara manifestação da erosão da capacidade efetiva de governar dos Estados Nacionais, uma manifestação da fragmentação sócio-geográfico-política inerente ao processo de globalização.

Todavia, quem está fazendo teoria prática e não teoria teórica, como nos ensina Bourdieu, sabe que as propostas concretas inventadas no interior desse movimento não autorizam generalização tão apressada. Por exemplo, a proposta de Reservas Extrativistas inaugura uma nova concepção de propriedade no Brasil, onde um determinado espaço passa a ser de propriedade da União, com direito de uso por parte das populações que o habitam, através de um Plano de Uso gerido através das organizações de base comunitária, sob a tutela do Estado, no caso através do IBAMA. Como propriedade de uso comunitário pertencente à União procuram fugir às pressões tão comuns contra os pequenos produtores rurais (pequenos não só no sentido do tamanho da propriedade, como também do capital político acumulado) e, ao mesmo tempo, dar sentido a um conjunto de práticas sócio-culturais que conformam sua identidade. Longe de esvaziar o Estado propõem novas relações com as instituições públicas, como a EMBRAPA e o Banco do Brasil. No caso da primeira, denunciando pesquisas que não têm nenhuma vinculação com suas práticas e propondo outras que permitam melhorar a produtividade do que já fazem, diversificando a sua base produtiva. No caso do Banco do Brasil denunciando, por exemplo, o fato de não ter linhas de crédito para o custeio da compra da castanha, mas ter para financiar a pecuária na sua agência no município de Xapuri, Acre. Aliás, a reforma do estado que vem se fazendo é contrária a que propõe esse movimento: quando cresce o movimento dos seringuei-

ros a partir desse município, a própria agência do Banco do Brasil, ao contrário de se adequar aos novos tempos, é simplesmente fechada.

Vê-se assim, por esses dois únicos exemplos, o da EMBRAPA e o do Banco do Brasil, aos quais poderíamos juntar outros que, longe de esvaziarem o Estado, esses movimentos sociais dele necessitam para dar suporte a uma nova política para a Amazônia. Não resta dúvida que o destino dessa população está indissolúvelmente ligado à sua capacidade de se manter organizada, às suas articulações nacionais e internacionais e à Reforma do Estado que se vier a fazer, no caso apontando no sentido de desprivatizar o Estado brasileiro que, sabemos, historicamente nunca teve caráter público (o nome do livro de Raimundo Faoro 'Os Donos do Poder' é, a esse respeito, emblemático).

O caso do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem também se desenvolveu no interior de um processo intimamente ligado à criação de uma infra-estrutura necessária ao processo de integração à globalização. O interessante no caso desse movimento é que se trata de diferentes condições sociais – produtores familiares descendentes de imigrantes do sul do país, camponeses do Nordeste, de caboclos ribeirinhos da Amazônia, populações negras remanescentes de quilombos, comunidades indígenas – que construíram uma identidade política pelo fato comum de serem atingidos por construção de hidrelétricas. Aqui a política do Estado para o setor elétrico, mais uma vez, se apoiava em suportes financeiros de agências multilaterais, particularmente do Banco Mundial. Enfim, quem os unificou foi a prática concreta do Estado Oligárquico financiado pelo Banco Mundial que, no afã de criar a infra-estrutura necessária a um novo patamar de articulação do território nacional à dinâmica da acumulação mundial, ignorou, mais uma vez, os 'de dentro', os 'de baixo'.

Iniciado em finais dos anos setenta no sul do Brasil, o movimento teve seu auge quando realizou seu primeiro encontro nacional, em Goiânia em 1989. A diversidade sócio-cultural presente no interior desse movimento poderia se constituir num fator de fragmentação. No entanto, a unidade que os conforma é dada exatamente pelo fato de que lhes é comum, qual seja, de incorporação de seus espaços a uma sociedade/economia que se mundializa através da construção de centrais hidrelétricas. Esse vetor globalizante comporta contradições que lhes são específicas como processo globalizante mesmo. Refiro-me aqui, em particular, às agudas críticas feitas pelo movimento ambientalista ao Banco Mundial e sua política de apoio à construção de hidrelétricas na Ásia, África e América Latina. Importante reforço a essa articulação do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens foi dado pelo Primeiro Encontro das Nações Indígenas realizado em fevereiro de 1989 na cidade de Altamira. Ali, na presença de várias personalidades e entidades internacionais, foram feitas contundentes críticas à construção de hidrelétricas do Complexo Babaquara-Kararaô cuja importância política pode, sem dúvida, ser atribuída ao significado que a Amazônia tem no atual cenário nacional/internacional.

O que se pode perceber é que os diferentes sujeitos sociais em tela se unificaram não só pela política do setor elétrico do Estado brasileiro, através do Plano

2010, mas, principalmente, porque através dele estava o Banco Mundial com a criação de uma infra-estrutura energética necessária ao processo de internacionalização da economia e, junto com ele, estavam contraditoriamente os ambientalistas.

A *Carta de Goiânia* é uma demonstração inequívoca que a dimensão globalizada não necessariamente leva a uma fragmentação política como muitos querem fazer crer. Ao contrário, diversos movimentos sociais têm, exatamente em função dessa dimensão globalizada, se inserido no debate político, conquistando o direito de serem ouvidos e de interferir nos seus destinos. Mais uma vez encontram possibilidade de terem voz, isto é, de serem ouvidos, de terem visibilidade em função dessa nova escala em que podem dialogar. Colocam explicitamente a necessidade de participação democrática o que, por si mesmo, implica a necessidade de uma instância de regulação das posições conflitantes e, nesse sentido, do Estado que agora, mais do que nunca, não pode aparecer mais de modo abstrato, sem qualificação, mas sim com um caráter democrático, com a efetiva participação dos 'de baixo'. Diz a *Carta de Goiânia*, documento oficial do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens:

*(...) Os projetos do setor elétrico não geram só energia, mas uma série de efeitos perversos, tais como: inundação de milhares de hectares de terras férteis; aumento da concentração fundiária – deslocando contra a sua vontade – milhares de famílias de trabalhadores rurais, ribeirinhos e de povos indígenas; expulsão do homem do campo para as periferias das cidades; empobrecimento da população atingida; dispersão de comunidades e povoados; perda de um saber popular sobre a terra e o rio; alteração dos rios com ocorrência de doenças e contaminação das águas.*

*Diante desse quadro exigimos do governo:*

- 1) elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora;*
- 2) que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos;*
- 3) cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias do setor elétrico;*
- 4) fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.<sup>1</sup>*

O que vemos aqui, mais uma vez, é uma crítica prática à exclusividade das articulações internacionais das elites. O processo de globalização, nesse sentido, tem possibilitado a esses sujeitos sociais a oportunidade de tornarem visíveis suas reivin-

---

<sup>1</sup> Segue a proposta de Reforma Agrária já, sob o controle dos trabalhadores; demarcação das terras indígenas; demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombos e o não pagamento da dívida externa. Ver "Terra Sim, Barragens Não" documento do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos Por Barragens. Ed. da CUT e da CRAB, Goiânia, 1989.

dicações, ensejando assim a emergência de uma sociedade civil organizada que, por sua vez, no lugar do esvaziamento do Estado clama por sua democratização como instância reguladora dos conflitos. Pode-se ver na *Carta de Goiânia*, mais uma vez, como a dimensão ambiental, ela mesma um dos vetores do processo de construção de uma identidade planetária, é capturada por esses movimentos sociais como trunfo para o seu diálogo político. Essa apropriação aqui deve ser vista no seu sentido mais profundo, não só no sentido de oportunidade que o vetor ecológico abre, mas também no sentido de tornar próprio para si mesmos, essa dimensão ambiental globalizada que os qualifica como interlocutores no debate político.

O exposto nos autoriza a colocar explicitamente que, tal como o Movimento dos Seringueiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens visa a integração, e não a exclusão social e política. Essa integração dependerá de sua capacidade não só de se organizar na sua base mas, também, de se articular internacionalmente, e da Reforma do Estado na qual logrem garantir seu papel como interlocutores qualificados na formulação de políticas públicas.

O caso do Movimento dos Sem-Terra é indicativo dessa mesma problemática. Sabemos como o debate sobre a Reforma Agrária foi colocado fora da agenda política no Brasil nos últimos anos. Mesmo setores de esquerda mantiveram essa bandeira muito mais no plano retórico do que como uma questão política central. O Movimento dos Sem Terra emerge, exatamente por essa ausência de expressão no plano político, das demandas de amplos setores da sociedade brasileira que eram marginalizados pelo processo de modernização conservadora da agricultura, ele mesmo parte da integração globalizada da economia/sociedade brasileira. O debate sobre a questão agrária deslocado para o campo das terras produtivas/improdutivas em si mesmo reduzia a questão à sua dimensão agrícola, ou seja, à sua dimensão técnico-econômica. Assim como alguns já chegaram a declarar o fim da História, outros já chegaram a afirmar que não tem mais sentido a Reforma Agrária. Por essa ótica, os que propugnam por essa bandeira já estariam desqualificados *a priori*, estariam fora da ordem. Qual não foi a surpresa quando recentemente o Presidente da República convocou a direção nacional do Movimento dos Sem-Terra, reconhecendo-o como interlocutor político, e a mídia começou a repercutir as suas ações. Tal como no caso Chico Mendes, parece que todos se surpreendem agora com José Rainha. No entanto, o Movimento dos Sem-Terra desde a Encruzilhada Natalino, em 1976, já vem marcando a terra brasileira com suas ações e formalmente já existe há 10 anos, tendo sido institucionalmente criado em 1985, isto é, no mesmo ano da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros. Muito além da tese da globalização-exclusão, os qualificados como excluídos dão mostras claras de afirmação e de vontade política de integração na ordem nacional-internacional que, se considerada a partir da ótica dos movimentos sociais organizados, abre perspectivas inteiramente diferentes da ótica que põe acento na dinâmica global-excludente.

Um dos dirigentes nacionais do movimento, João Pedro Stédile (FOLHA DE S. PAULO), afirma que

*(...) no início víamos a reforma agrária só como uma conquista de terra. Hoje, achamos que é um caminho para criarmos um modelo de desenvolvimento que traga para o mercado consumidor amplas camadas marginalizadas. Só terra não adianta. Queremos educação no campo e a agroindústria. (...) Defendo a integração das pessoas a uma economia com base agrícola, porque 50% das pessoas que moram na cidade têm vinculação com a agricultura. O modelo industrial só resolve o problema para alguns. Não adianta querer ver a realidade brasileira pela ótica paulista. No Maranhão, 60% da população mora no campo e você anda 200 km para ver uma casa de tijolo. (...) Com a crise as pessoas estão percebendo que a cidade não dá alternativas para elas. O Brasil não vai resolver os problemas urbanos sem resolver o problema agrário. (...) Não existe saída para a grande maioria dos pobres nesse plano neoliberal. Não adianta difundir que podemos fazer uma sociedade moderna, igual à dos Estados Unidos, onde todo mundo tem computador, carro e parabólica. (...) Para aproximar as pessoas dos avanços tecnológicos é preciso utilizar a terra. A indústria e o setor de serviços estão desempregando e a tecnologia prescinde cada vez mais de mão-de-obra.*

Aqui, como se vê, a Reforma Agrária está longe de ser uma mera discussão sobre terra produtiva-improdutiva. É explicitamente colocada como um conjunto de políticas públicas necessárias a uma reorganização societária inclusiva. A própria globalização está subjacente à construção dos argumentos, aqui pela percepção do papel que nela cumpre o vetor tecnológico.

Mas não é só no plano da argumentação do discurso que a dimensão globalizada/mundializada/internacionalizada está presente. O Movimento dos Sem-Terra foi agraciado em 1993 com um prêmio internacional de direitos humanos por sua luta pela reforma agrária no Brasil. Isto por si só indica que cuidaram de se articular internacionalmente para terem direitos de cidadania. Pouca atenção se deu à súbita conclamação da direção nacional dos Sem Terra ao Palácio do Planalto. Poucos se deram ao cuidado de relacionar que tal convocação se deu imediatamente após o retorno ao Brasil do Presidente da República de viagem à Europa, ela mesma parte de uma outra estratégia de incorporação do Brasil à dinâmica global. Este fato não é irrelevante, posto que em reuniões com setores da sociedade civil organizada do Primeiro Mundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi explicitamente questionado sobre a demora na apuração dos responsáveis pelo massacre de Corumbiara, Rondônia, exatamente numa ação de ocupação de terras efetuada pelo Movimento dos Sem-Terra, ele mesmo já qualificado internacionalmente para o debate, haja vista o prêmio acima indicado.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Nesse caso talvez não seja destituído de sentido o fato do massacre de Corumbiara, por ter ocorrido na Amazônia, lembrar que os assassinos de Chico Mendes, apesar de terem sido os primeiros mandantes de assassinatos do campo condenados em toda a nossa história, para o que, sem dúvida, contribuíram as articulações internacionais que os movimentos sociais estabeleceram, ainda permanecerem à época em liberdade. Viu-se, depois, o esforço do governo federal em capturar os assassinos de Chico Mendes o que só reforça a tese por nós esposada que é nas novas territorialidades que estão sendo ensejadas no processo de globalização que avanços democráticos importantes são conquistados. As lutas de classe são agora, mais do que nunca, mundializadas emprestando uma nova qualidade ao Estado Nacional que, nesse contexto, já não significa a mesma coisa que antes.

Foi essa articulação internacional do Movimento dos Sem-Terra, que levou à qualificação interna do movimento como interlocutor para a questão agrária. Mais uma vez fica claro que é essa inserção nos interstícios contraditórios do processo de globalização que se tece um possível histórico que aponta para a não exclusão e, ao mesmo tempo, para a necessidade de que o Estado seja objeto de reformas fundamentais como instância reguladora de conflitos, condição necessária para a instituição de uma sociedade democrática que vá além da exclusiva dimensão eleitoral.

O que interessa-nos nesse artigo não é esgotar a análise dos casos enunciados. É simplesmente chamar a atenção para o fato de que a consideração exclusiva da dimensão globalizada do atual processo de reorganização societária deixa escapar a prática política de sujeitos sociais que, pela própria condição social dos que nela se mobilizam, se vêem necessariamente impelidos a ter que considerar essa dimensão, posto que ela está presente concretamente nas suas vidas.

Poderíamos acrescentar outros movimentos sociais, como o Indígena, o dos Meninos e Meninas de Rua, o das Mulheres, o dos Negros, que têm se inserido nessa contraditória relação entre o específico e o geral, sem cair naquela formulação tão cara ao movimento ambientalista de “agir localmente, pensar globalmente”, o que elimina as escalas (de poder) regional e nacional. Poderíamos mesmo invocar o exemplo do Movimento Zapatista, no México, que, apesar das suas especificidades sócio-culturais, longe de levar para a fragmentação, aponta explicitamente para a democratização do Estado e afirma categoricamente a sua vocação nacional. O fato de ter desencadeado sua principal ação num dia de congraçamento universal, na virada do ano de 1992 e no primeiro dia dos acordos do NAFTA entrarem em vigor, dá uma clara idéia de que buscavam na escala internacional a qualificação como interlocutores, o que lhes era negada no plano nacional.

Todos esses movimentos clamam por um estado democrático que os incorpore como interlocutores qualificados e, na sua prática, apontam concretamente que ele deve necessariamente estar articulado à dinâmica da sociedade global. Excluí-los da análise, como o fazem aqueles que enfatizam o caráter excludente do processo de globalização, já é de antemão excluí-los do debate. É negar-lhes o que mais buscam, isto é, o direito de falar, de propor sua visão da di-visão da realidade social, enfim, o direito de cidadania. Não é simplesmente a fragilização do Estado, outro lugar-comum das análises dos globalistas, que ajuda-nos a entender a emergência desses movimentos. É a própria dimensão globalizada do processo de reorganização societária em curso que está imbricada na dinâmica interna contraditória em que se vêem envolvidos. Vistos a partir de sua ótica, no lugar de apontarem no sentido da fragilização do Estado, propugnam por reformas e novas instituições políticas que os considere interlocutores qualificados. Longe da exclusão, propõem inclusão.

É preciso destacar, sobretudo, que esses movimentos sociais inauguram novas articulações supranacionais, até hoje patrimônio exclusivo das classes dominantes. Nesse sentido, destacam o caráter contraditório do processo de globalização, não por seu caráter socialmente excludente, mas sim porque põem em evidência que a fragili-

zação do Estado é somente *uma* das vertentes possíveis inscritas nesse processo. Ao contrário, observados a partir da perspectiva desses movimentos, o que assistimos é a uma exigência de democratização do Estado, como sugerem as propostas de novas relações entre a Sociedade Civil e o Estado que estão embutidas nas propostas das Reservas Extrativistas, tal como formulada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros; de uma nova política pública para o setor energético, tal como formulada pelo Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem e na proposta de Reforma Agrária, tal como formulada pelo Movimento dos Sem Terra. Em todos os casos, sublinhe-se, explicitamente colocadas em íntima relação com o processo de globalização em curso.

O que assistimos é, sem dúvida, a um novo processo de marcar a terra, de grafar a terra, de geografar, isto é, de constituir novas afinidades, novas identidades, novos espaços em comum, novas comunidades de destino, novas territorialidades. E agora, sem dúvida, não mais 'por cima', pelos 'de cima' e para os 'de cima'. Tudo indica que o Estado Nacional ou será democrático, o que implica reformá-lo no sentido de incorporar os 'de baixo', ou a exclusão mostrará a sua face bárbara, como aliás já o vem fazendo ali onde o Estado foi levado paroxisticamente ao mínimo, como na Albânia, na antiga Iugoslávia, na antiga União Soviética, ou mesmo na Colômbia, ou no Líbano. É preciso considerar esses casos não como aberrações, mas como um possível histórico que já nos anuncia o amanhã, caso o processo de globalização na sua vertente hoje hegemônica não seja civilizado por movimentos sociais como os que aqui indicamos. Consideremos que movimento indica mudança de lugar e, aqui, movimento social quer exatamente significar que determinados segmentos sociais ao se movimentarem estão recusando os lugares que a sociedade, através de seu pólo hegemônico, quer lhes atribuir. O movimento social é a sociedade instituindo novos lugares.<sup>3</sup>

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Editora DIFEL, 1989.
- FOLHA DE S. PAULO. Domingo, 26/11/1895, Caderno 1, p. 16.
- TOPALOV, Christian. De la Planification à l'Écologie: Naissance d'un Nouveau Paradigme de la Action sur la Ville e l'habitat. In: *A La Croisèe des Chemins*. Montreal, 1992.
- PRETECEILLE, E. Cidades Globais e Segmentação Social. In: *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

---

\* Geógrafo e Professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Autor de "*Paixão da Terra: Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia*" (Ed. ROCCO/SOCII, Rio de Janeiro, 1984) e "*Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*" (Ed. CONTEXTO, São Paulo, 1989).

---

<sup>3</sup> A Geografia e a Sociedade são, assim, dois momentos de um mesmo processo de construção do devir: aqui e agora.